



CÂMARA MUNICIPAL

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM
MOBILIÁRIO URBANO**

PREÂMBULO

O espaço público é um bem coletivo escasso, que na maioria dos casos foi objeto de significativos investimentos em processos de qualificação, requalificação e manutenção, com o objetivo de criar ambientes urbanos harmónicos, estéticos e funcionais, essenciais a uma fruição humana mais compatível com os objetivos da qualidade ambiental e bem-estar físico e psicológico.

Considerando que a gestão criteriosa dos espaços públicos, no sentido de assegurar a compatibilização da fruição das suas funcionalidades pelo comum do cidadão, com a sua utilização privada, conjugada com a necessidade da salvaguarda da sua qualidade, funcionalidade e preservação, reclama a adoção de normas que regulem o seu uso.

Considerando que a iniciativa legislativa denominada "licenciamento zero" instituiu um regime simplificado para a ocupação do espaço público com mobiliário urbano, simplificando ou eliminado o licenciamento do processo de utilização privativa do espaço público;

Considerando que o Município da Trofa necessita adaptar o seu "regulamento municipal de ocupação de espaços públicos e mobiliário urbano", às alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

Adota-se o presente regulamento de ocupação do espaço público com mobiliário urbano, que tem como objetivo central assegurar as condições salvaguarda da qualidade dos espaços públicos e de igualdade de tratamento, de justiça e de imparcialidade no uso privativo do espaço público afeto ao domínio do Município da Trofa.



ÍNDICE

<i>CAPÍTULO I</i>	6
<i>DISPOSIÇÕES INICIAIS</i>	6
<i>Artigo 1.º</i>	6
<i>Lei habilitante</i>	6
<i>Artigo 2.º</i>	6
<i>Âmbito de aplicação</i>	6
<i>Artigo 3.º</i>	6
<i>Critérios gerais de ocupação do espaço público</i>	6
<i>Artigo 4.º</i>	7
<i>Caducidade</i>	7
<i>Artigo 5.º</i>	8
<i>Renovação</i>	8
<i>CAPÍTULO II</i>	8
<i>MOBILIÁRIO URBANO</i>	8
<i>Secção I</i>	8
<i>Disposições gerais</i>	8
<i>Artigo 6.º</i>	8
<i>Âmbito de aplicação</i>	8
<i>Artigo 7.º</i>	9
<i>Definições</i>	9
<i>Artigo 8.º</i>	10
<i>Obrigações do titular</i>	10
<i>Artigo 9.º</i>	11
<i>Transferência do local</i>	11
<i>Artigo 10.º</i>	11
<i>Remoção</i>	11
<i>Artigo 11.º</i>	12
<i>Taxas</i>	12
<i>Secção II</i>	12
<i>Mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo</i>	12
<i>Artigo 12.º</i>	12
<i>Mera comunicação prévia</i>	12
<i>Artigo 13.º</i>	14



<i>Comunicação prévia com prazo.....</i>	<i>14</i>
<i>Artigo 14.º.....</i>	<i>15</i>
<i>Área contígua ou área junto à fachada do estabelecimento.....</i>	<i>15</i>
<i>Secção III.....</i>	<i>15</i>
<i>Licenciamento.....</i>	<i>15</i>
<i>Artigo 15.º.....</i>	<i>16</i>
<i>Aplicabilidade.....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 16.º.....</i>	<i>16</i>
<i>Substituição do titular.....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 17.º.....</i>	<i>16</i>
<i>Cancelamento da licença.....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 18.º.....</i>	<i>17</i>
<i>Procedimento de licenciamento.....</i>	<i>17</i>
<i>Artigo 19.º.....</i>	<i>18</i>
<i>Menções especiais.....</i>	<i>18</i>
<i>Artigo 20.º.....</i>	<i>18</i>
<i>Pareceres.....</i>	<i>18</i>
<i>Artigo 21.º.....</i>	<i>19</i>
<i>Decisão final.....</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 22.º.....</i>	<i>19</i>
<i>Atividades.....</i>	<i>19</i>
<i>Secção IV.....</i>	<i>19</i>
<i>Condições de instalação de mobiliário urbano e ocupação de espaço público.....</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 23.º.....</i>	<i>20</i>
<i>Esplanadas.....</i>	<i>20</i>
<i>Artigo 24.º.....</i>	<i>21</i>
<i>Vitrinas.....</i>	<i>21</i>
<i>Artigo 25.º.....</i>	<i>22</i>
<i>Estrados.....</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 26.º.....</i>	<i>22</i>
<i>Guarda-ventos.....</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 27.º.....</i>	<i>23</i>
<i>Toldos e sanefas.....</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 28.º.....</i>	<i>24</i>
<i>Expositores.....</i>	<i>24</i>



<i>Artigo 29.º</i>	25
<i>Arcas ou máquinas de gelados e similares</i>	25
<i>Artigo 30.º</i>	25
<i>Brinquedos mecânicos e equipamentos similares</i>	25
<i>Artigo 31.º</i>	25
<i>Floreiras</i>	25
<i>Artigo 32.º</i>	26
<i>Contentores</i>	26
<i>Artigo 33.º</i>	26
<i>Quiosques</i>	26
<i>Artigo 34.º</i>	27
<i>Aparelhos de ar condicionado (sistemas de climatização)</i>	27
<i>Artigo 35.º</i>	27
<i>Alpendres e palas</i>	27
<i>Artigo 36.º</i>	28
<i>Suportes publicitários</i>	28
<i>CAPÍTULO IV</i>	30
<i>CONTRAORDENAÇÕES</i>	30
<i>Artigo 37.º</i>	30
<i>Contraordenações</i>	30
<i>CAPÍTULO V</i>	30
<i>DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	30
<i>Artigo 38.º</i>	30
<i>Legislação subsidiária e interpretação</i>	30
<i>Artigo 39.º</i>	31
<i>Norma revogatória</i>	31
<i>Artigo 40.º</i>	31
<i>Norma transitória</i>	31
<i>Artigo 41.º</i>	31
<i>Entrada em vigor</i>	31

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é celebrado ao abrigo do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241º da Constituição da República Portuguesa e das normas habilitantes expressas na alínea a) do número 6 do artigo 64.º, e alínea a) do número 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, e artigo 11º.º do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de Abril.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento disciplina as condições de ocupação e utilização privada do espaço público, entendido como a área de acesso livre e de uso coletivo afeta ao domínio municipal, designadamente por motivo de instalação de mobiliário urbano e publicidade.

Artigo 3.º

CrITÉRIOS gerais de ocupação do espaço público

1 - A instalação de mobiliário urbano deve conjugar as suas finalidades com as características gerais dos espaços públicos.

2 - Os elementos de mobiliário urbano deverão, quanto à sua conceção, *design*, materiais e localização, adequar-se à envolvente urbana, privilegiando-se, sempre que possível, a harmonia estética e polivalência, de forma a evitar a ocupação excessiva dos espaços públicos e a degradação da paisagem urbana.

3 - A ocupação do espaço público com mobiliário urbano deve respeitar os seguintes critérios:

- a) Não provocar obstrução das perspectivas panorâmicas, ou afetar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
- b) Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros suscetíveis de serem classificados pelas entidades públicas;
- c) Não causar prejuízos a terceiros;
- d) Não afetar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária;
- e) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com a sinalização de tráfego ou prejudicar a eficácia da iluminação pública;
- f) Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, com carrinhos de compras, com carrinhos de bebés e similares;
- g) Não prejudicar o acesso a edifícios, jardins, praças hospitalais, estabelecimentos de saúde, de ensino, locais de culto, ou outros serviços de utilização pública.
- h) Não afetar a saúde e bem-estar das pessoas, designadamente, não ultrapassar os níveis de ruído estabelecidos na lei.
- i) Não comprometer a qualidade das áreas verdes, designadamente por contribuir para a sua degradação ou por dificultar a sua conservação;

Artigo 4.º

Caducidade

O direito de ocupação do espaço público caduca nas seguintes situações:

- a) Por morte, declaração de insolvência, falência, ou outra qualquer forma de extinção do titular;
- b) Por perda pelo titular do direito ao exercício da atividade a que se reporta a licença;
- c) Pela comunicação, pelo requerente, da intenção de não renovação da licença;
- d) Por decisão de não renovação da licença, proferida pela Câmara Municipal;

- e) Por não pagamento das taxas, dentro do prazo fixado para o efeito;
- f) Por término do prazo solicitado.

Artigo 5.º

Renovação

1 - O direito de ocupação do espaço público, à exceção do requerido por períodos sazonais, renova-se anualmente, de forma automática, mediante o pagamento da respetiva taxa, realizada nos quinze dias que antecedem o termo do prazo.

2 - Não há lugar à renovação do direito de ocupação, do espaço público, sempre que a Câmara Municipal o fizer cessar até trinta dias antes do termo do prazo respetivo

CAPÍTULO II

MOBILIÁRIO URBANO

Secção I

Disposições gerais

Artigo 6.º

Âmbito de aplicação

1 - O presente regulamento tem por objetivo dispor sobre as condições de ocupação e utilização privativa de espaços públicos ou afetos ao domínio público municipal, pelos diversos elementos designados por mobiliário urbano.

2 - Classificam-se como mobiliário urbano as coisas instaladas, projetadas ou apoiadas no espaço público, destinadas a uso público, que prestam um serviço coletivo ou que complementam uma atividade, ainda que de modo sazonal ou precário, designadamente, esplanadas, quiosques, bancas, pavilhões, cabines, palas, toldos, sanefas, guarda-sóis, estrados, vitrinas, expositores, guarda-ventos, bancos, papeleiras, sanitários amovíveis, coberturas de terminais, pilares, balões, relógios, focos de luz, suportes informativos, suportes publicitários, abrigos, corrimões, gradeamento de proteção e equipamentos diversos utilizados pelos concessionários de serviço público e outros elementos similares;

Artigo 7.º

Definições

1 - Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

a) Alpendre ou pala – elementos rígidos de proteção contra agentes climatéricos com, pelo menos, uma água, fixos aos paramentos das fachadas e aplicáveis a vãos de portas, janelas, montras de edifícios ou estabelecimentos comerciais;

b) Aparelho de ar condicionado (sistema de climatização) – equipamentos combinados de forma coerente com vista a satisfazer um ou mais dos objetivos da climatização (arrefecimento, ventilação, aquecimento, humedificação, desumidificação e purificação do ar);

c) Arca frigorífica -armário ou caixa metálica, plástica ou de material similar, destinada a conservar, a temperaturas controladas inferiores às temperaturas ambiente, diferentes produtos alimentares,

d) Esplanada aberta – a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos;

e) Esplanada fechada – esplanada integralmente protegida dos agentes climatéricos, mesmo que, qualquer dos elementos da estrutura/cobertura seja rebatível, extensível ou amovível;

f) Expositor – a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior do estabelecimento comercial, instalada no espaço de uso do domínio público;

g) Floreira – o vaso ou recetáculo para plantas destinadas ao embelezamento, marcação ou proteção do espaço público;

h) Guarda-vento – a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;

i) Instalação de mobiliário urbano – a sua implantação, aposição ou patenteamento, no solo ou no espaço aéreo;

j) Pilaretes – elementos metálicos ou de outro material inerte, fixos, rebatíveis ou retrácteis, instalados no passeio ou outro tipo de espaço exterior, que têm como função a delimitação de espaços;

k) Quiosque – elemento de mobiliário urbano de construção aligeirada, composto, de um modo geral, por uma base, um balcão, o corpo e a proteção;

l) Sanefa – o elemento vertical de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

m) Suporte publicitário – o meio utilizado para a transmissão de uma mensagem publicitária;

n) Toldo – o elemento de proteção contra agentes climatéricos, feito de lona ou material similar, rebatível, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

o) Vitrina – o mostrador envidraçado ou transparente, embutido ou saliente, colocado na fachada dos estabelecimentos comerciais, onde se expõem objetos e produtos ou se afixam informações.

2 - Considera-se, ainda, mobiliário urbano quaisquer outros elementos que ocupem a via pública, ainda que diversos dos descritos no número 1, desde que apresentem as características expressas no nº 2 do artigo 6º.

Artigo 8.º

Obrigações do titular

O titular da exploração fica vinculado às seguintes obrigações:

a) Não proceder à adulteração dos elementos tal como foram aprovados, ou a alterações da demarcação efetuada;

b) Conservar os elementos de mobiliário urbano e demais equipamentos de apoio que utiliza nas melhores condições de apresentação, higiene e arrumação;

c) Assegurar a segurança e vigilância do espaço;

d) Repor, finda a utilização, a situação existente no local tal como se encontrava à data da ocupação.

Artigo 9.º

Transferência do local

Quando imperativos de reordenamento do espaço ou manifesto interesse público assim o justifiquem, poderá ser decidida, pela Câmara Municipal, a transferência do mobiliário urbano do local onde está instalado, cumprindo, para o efeito, todas as disposições aplicáveis vigentes.

Artigo 10.º

Remoção

1 - O Município reserva-se ao direito de ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas ou por violação das normas aplicáveis, tal se afigure necessário.

2 - Uma vez notificado o proprietário, os serviços municipais podem remover ou por qualquer outra forma inutilizar os elementos que ocupem o espaço público, e embargar ou demolir obras que contrariem as disposições legais e regulamentares.

3 - Os encargos com a remoção de elementos que ocupem o espaço público são suportados pela entidade responsável pela ocupação.

4 - A restituição do mobiliário removido e do seu conteúdo é feita mediante o pagamento das despesas havidas com a remoção, transporte e armazenamento.

5 - A perda ou deterioração do mobiliário ou do seu conteúdo aquando da intervenção prevista no número 2 não confere qualquer direito de indemnização.

6 - O Município pode proceder à imediata remoção do mobiliário urbano não autorizado, designadamente quando esteja em causa a segurança de pessoas e bens e a circulação de veículos.

7 - Caso os proprietários não procederem ao levantamento dos materiais no prazo de trinta dias, consideram-se os mesmos perdidos a favor da Autarquia.

Artigo 11.º

Taxas

1 - O titular da exploração fica sujeito ao pagamento das taxas previstas na tabela de taxas e licenças em vigor no Município as quais serão divulgadas no portal do Município e nos casos aplicáveis no Balcão do Empreendedor, para efeitos da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo.

2 - A liquidação do valor das taxas no regime de licenciamento é efetuada aquando do levantamento da licença, no prazo de trinta dias após comunicação, ou, no caso de renovação, no prazo fixado para o efeito, sob pena de caducidade do respetivo direito.

3 - No caso da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo a liquidação do valor das taxas é efetuada conforme instruções publicadas no Balcão do Empreendedor.

4 - Salvo disposição legal em contrário, as entidades legalmente isentas de pagamento de taxas às autarquias não estão isentas do processo de licenciamento.

Secção II

Mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo

Artigo 12.º

Mera comunicação prévia

1 - Encontra-se sujeita a mera comunicação prévia a submeter no Balcão do Empreendedor, a utilização privativa de espaço do domínio público, com o seguinte mobiliário urbano:

a) Instalação junto à fachada do estabelecimento de toldo e respetiva sanefa;

b) Instalação de esplanada aberta, em área contígua à fachada do estabelecimento e a ocupação transversal da esplanada não exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento;

c) Instalação de estrado como apoio a uma esplanada e não exceda a sua dimensão

d) Instalação de guarda-ventos junto das esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada e o seu avanço não ultrapassar o da esplanada;

d) Instalação junto à fachada do estabelecimento de vitrina e expositor;

e) Instalação junto à fachada do estabelecimento de floreira;

f) Instalação junto à fachada do estabelecimento e não excedendo a largura da mesma, de suportes publicitários, fixos ou móveis;

g) Instalação junto à fachada do estabelecimento de arcas e máquinas de gelados;

h) Instalação junto à fachada do estabelecimento de brinquedos mecânicos e equipamentos similares;

i) Instalação junto à fachada do estabelecimento de contentor para resíduos, neles incluídos os resíduos sólidos urbanos.

2 - A mera comunicação prévia consiste numa declaração, a submeter no Balcão do Empreendedor, que deve conter os seguintes elementos:

a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;

b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;

c) O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia

d) O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;

e) Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular.

f) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público

g) A identificação da tipologia, características e da localização do mobiliário urbano a colocar

h) Prazo de ocupação do espaço público.

i) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público

3 - A mera comunicação prévia, realizada nos termos dos números anteriores, e o pagamento das taxas devidas, permite ao requerente proceder à imediata ocupação do espaço público.

4 - A cessação da ocupação do espaço público para os fins referidos nos números anteriores, antes do decurso do prazo declarado, está sujeita a comunicação prévia.

Artigo 13.º

Comunicação prévia com prazo

1 - Aplica-se o regime da comunicação prévia com prazo, às tipologias de mobiliário urbano identificado no artigo 7º, quando as mesmas não respeitem, quanto às características e localização, os limites nele fixados.

2 - A comunicação prévia com prazo consiste numa declaração, efetuada no Balcão do Empreendedor, que contém os seguintes elementos:

a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;

b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;

c) O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia, quando aplicável;

d) O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;

e) Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular.

f) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público

g) A identificação da tipologia, características e da localização do mobiliário urbano a colocar

h) Prazo de ocupação do espaço público.

i) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público

j) Planta à escala 1/100, com a localização do mobiliário urbano.

3 - O requerente pode proceder à ocupação do espaço público, quando o presidente da câmara municipal emita despacho de deferimento ou quando este não se pronuncie após o decurso do prazo de 20 dias, contado a partir do momento do pagamento das taxas devidas

Artigo 14.º

Área contígua ou área junto à fachada do estabelecimento

Para efeitos de aplicação do regime de mera comunicação prévia é considerada área contígua a área junto à fachada do estabelecimento, nos seguintes termos:

a) Para efeitos de ocupação do espaço público com esplanada, estrada, guarda-vento, floreiras, arcas de gelados, brinquedos mecânicos e contentores de recolha de resíduos, considera-se área contígua, o espaço do domínio público limitado pela extensão da fachada do estabelecimento, projetado até ao limite de 0,50m, condicionada à existência de um espaço de circulação com o mínimo de 1,20m de largura;

b) Para efeitos de colocação ou afixação de publicidade de natureza comercial, considera-se área contígua, o espaço do domínio público limitado pela extensão da fachada do estabelecimento, projetado até ao limite de 0,50 m, condicionada à existência de um espaço de circulação com o mínimo de 1,20 m de largura;

c) Para efeitos de distribuição manual de publicidade pelo agente económico, considera-se área contígua, o espaço do domínio público limitado pela extensão da fachada do estabelecimento, projetado até ao limite de 0,50 m, condicionada à existência de um espaço de circulação com o mínimo de 1,20 m de largura, ou, no caso de o estabelecimento possuir esplanada, até aos limites da área ocupada pela mesma.

Secção III

Licenciamento

Artigo 15.º

Aplicabilidade

1 - A ocupação do espaço público não enquadrável nos regimes de mera comunicação prévia ou comunicação prévia com prazo está sujeito a licenciamento em conformidade com o presente regulamento e legislação conexas.

2 - A emissão de licença é precedida de aprovação e do pagamento das taxas devidas.

3 - A licença de ocupação do espaço público é de natureza precária, salvo quando o contrário resultar do regime de concessão.

4 - O licenciamento para ocupação do espaço público não dispensa os diferentes tipos de licenciamento legalmente exigíveis.

Artigo 16.º

Substituição do titular

1 - A licença de ocupação do espaço público é intransmissível, não podendo ser cedida a sua utilização a qualquer título, designadamente através de arrendamento, cedência da exploração e *“franchising”*.

2 - Atendendo a motivos ponderosos de carácter social ou humanitário podem, caso a caso, ser analisados e atendidos certos pedidos de substituição do titular da licença.

Artigo 17.º

Cancelamento da licença

1 - Sem prejuízo das sanções aplicáveis, a licença de ocupação do espaço público poderá ser cancelada sempre que se verifique uma das seguintes condições:

a) O titular não cumpra as normas legais e regulamentares a que está sujeito ou quaisquer obrigações a que se tenha vinculado pelo licenciamento;

b) O titular tenha agido por interposta pessoa para a sua obtenção;

c) O titular tenha procedido à transmissão ou cedência a qualquer título da exploração da atividade, mesmo que temporariamente;

d) O titular tenha procedido à realização de obras no bem objeto do licenciamento, sem autorização;

e) Quando o titular não cumprir a ordem de transferência, prevista no artigo 9.º do presente Regulamento, no prazo que for determinado para o fazer.

2 - A licença será ainda cancelada quando o interesse público o exigir, desde que prevendo aviso ao titular com a antecedência mínima de trinta dias.

3 - O cancelamento da licença não confere direito a qualquer indemnização.

Artigo 18.º

Procedimento de licenciamento

1 - O licenciamento deve ser solicitado mediante requerimento dirigido à Presidente da Câmara Municipal,

a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;

b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;

c) O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia, quando aplicável;

d) O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;

e) Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular.

f) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público

g) A identificação da tipologia, características e da localização do mobiliário urbano a colocar

h) Prazo de ocupação do espaço público.

i) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público

j) Planta à escala 1/100, com a localização do mobiliário urbano.

l) Desenho em escala adequada que indique, com precisão a área e a volumetria a utilizar;

m) Fotografia a cores indicando o local previsto para a ocupação, de preferência no formato 15 x 20;

2 - As formalidades exigidas nos números anteriores podem ser alteradas por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada.

Artigo 19.º

Menções especiais

1 - O requerimento deve ainda conter, nas situações que se considerem justificáveis os seguintes elementos:

a) Ligações às redes de água, saneamento, eletricidade ou outras, de acordo com as normas aplicáveis à atividade a desenvolver;

b) Dispositivos de armazenamento adequados;

c) Dispositivos necessários e adequados à recolha de lixos.

2 - As ligações referidas na alínea a) do número 1 implicam as devidas autorizações e são da responsabilidade do requerente.

Artigo 20.º

Pareceres

1 - Durante o processo de apreciação do pedido, a Câmara Municipal poderá formular pedido de parecer às Juntas de Freguesia interessadas sob a pretensão apresentada.

2 - A Junta de Freguesia deverá emitir o referido parecer no prazo máximo de cinco dias, contados da data do envio da solicitação.

3 - A ausência de resposta no prazo fixado na alínea anterior será considerada como resposta afirmativa.

Artigo 21.º

Decisão final

1 - A decisão sobre o pedido de licenciamento deve ser proferida no prazo de trinta dias, contado da data em que o processo esteja devidamente instruído com todos os elementos de responsabilidade do requerente.

2 - O prazo suspende-se sempre que for legalmente exigida a obtenção de parecer de entidade externa ao município e pelo período de tempo concedido à entidade para a emissão do seu parecer.

3 - Em caso de deferimento, a notificação da decisão deve incluir a indicação do local e do prazo para o levantamento do alvará de licença e para o pagamento da taxa respetiva.

Artigo 22.º

Atividades

1 - Sem prejuízo dos limites horários estabelecidos para o exercício da atividade, o titular da licença deve fazer dela uma utilização intensiva.

2 - O titular da licença deve dar início à atividade no prazo de quinze dias após a emissão da licença ou nos quinze dias seguintes ao termo do prazo que lhe tenha sido indicado para efetuar as obras de instalação ou de conservação.

3 - O titular da licença não pode suspender o exercício da atividade, salvo vinte e dois dias úteis por ano e por motivos devidamente justificados.

Secção IV

Condições de instalação de mobiliário urbano e ocupação de espaço público

Artigo 23.º

Esplanadas

1 - A instalação e manutenção de uma esplanada aberta deve respeitar as seguintes condições:

- a) Ser contígua à fachada do respetivo estabelecimento;
- b) A ocupação transversal não exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento;
- c) Deixar um espaço igual ou superior a 0,90 m em toda a largura do vão de porta, para garantir o acesso livre e direto à entrada do estabelecimento;
- d) Não alterar a superfície do passeio onde é instalada;
- e) Garantir a existência de um corredor livre, com a largura mínima de 1,20 m, contado a partir do limite externo do passeio, ou do elemento mais próximo da fachada do estabelecimento, em passeios dotados de caldeiras ou outros elementos ou tipos de equipamento urbano;
- f) O mobiliário urbano utilizado como componente de uma esplanada aberta deve cumprir os seguintes requisitos:
 - f. 1) Ser instalado exclusivamente na área comunicada de ocupação da esplanada;
 - f. 2) Ser próprio para uso no exterior e de uma cor adequada ao ambiente urbano em que a esplanada está inserida;
 - f. 3) Os guarda-sóis serem instalados exclusivamente durante o período de funcionamento da esplanada e suportados por uma base que garanta a segurança dos utentes;
 - f. 4) Os aquecedores verticais serem próprios para uso no exterior e respeitarem as condições de segurança;
- g) Nos passeios com paragens de veículos de transportes coletivos de passageiros não é permitida a instalação de esplanada aberta numa zona de 5,00 m para cada lado da paragem;
- h) A limpeza do espaço ocupado bem como a do espaço adjacente é da total responsabilidade do titular do estabelecimento que usufrui da esplanada;

i) Em casos excepcionais, e por interesse do Município, a esplanada poderá não ser imediatamente contígua à fachada do estabelecimento e a sua ocupação transversal exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento;

j) Nos casos de estabelecimentos situados em galerias abertas para os arruamentos, o espaço da galeria coberta deve ficar totalmente livre e desimpedida para a circulação pedonal.

2 - A instalação e manutenção de uma esplanada fechada, deve respeitar as seguintes condições:

a) Deixar espaços livres para a circulação de peões não inferiores a 1,20 m, contados, a partir do edifício e do lancil;

b) A materialização da proteção da esplanada, deverá ser compatível com o contexto cénico do local pretendido, e a sua transparência não deve ser inferior a 60% do total da proteção;

c) No fecho de esplanadas, dá-se preferência às estruturas metálicas, podendo admitir-se a introdução de elementos valorizadores do projeto noutros materiais, sem prejuízo da ressalva do carácter sempre precário dessas construções;

d) Os materiais a aplicar deverão ser de boa qualidade, principalmente, no que se refere a perfis, vão de abertura e de correr, pintura e termolacagem;

e) O pavimento deverá ser o existente e quando substituído deve prever-se a sua aplicação com sistema de fácil remoção, nomeadamente, módulos amovíveis, devido à necessidade de acesso às infraestruturas existentes no subsolo;

f) A estrutura principal de suporte deverá ser desmontável;

g) É interdita a afixação de toldos ou sanefas;

h) Devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

Artigo 24.º

Vitrinas

A instalação e manutenção de vitrinas devem respeitar as seguintes condições:

- a) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas ou a outros elementos com interesse arquitetónico e decorativo;
- b) A altura da vitrina em relação ao solo deve ser igual ou superior a 1,40 m;
- c) Não exceder 0,15m de balanço em relação ao plano da fachada do edifício.

Artigo 25.º

Estrados

1 - A instalação e manutenção de estrados devem respeitar as seguintes condições:

- a) Servirem de apoio a uma esplanada, quando o desnível do pavimento ocupado pela esplanada for superior a 5 % de inclinação;
- b) Serem amovíveis e construídos, preferencialmente, em módulos de madeira;
- c) Garantirem a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;
- d) Não excederem a cota máxima da soleira da porta do estabelecimento respectivo ou 0,25 m de altura face ao pavimento.

2 - Na instalação de estrados são salvaguardadas as condições de segurança da circulação pedonal, sobretudo a acessibilidade dos cidadãos com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor, não sendo admissível a existência de rampas de acesso para fora da área delimitada para o estrado.

Artigo 26.º

Guarda-ventos

- 1 - O guarda-vento deve ser amovível e instalado exclusivamente durante o horário de funcionamento do respectivo estabelecimento.
- 2 - A instalação de um guarda-vento deve ser respeitar as seguintes condições:
 - a) Junto de esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada;

b) Não ocultar referências de interesse público, nem prejudicar a segurança, salubridade e boa visibilidade local ou as árvores porventura existentes;

c) Não exceder 2,00 m de altura contados a partir do solo;

d) Não exceder 3,50 m de avanço, nunca podendo exceder o avanço da esplanada junto da qual está instalado;

e) Garantir no mínimo 0,05 m de distância do seu plano inferior ao pavimento, desde que não tenha ressaltos superiores a 0,02 m;

f) Utilizar vidros inquebráveis, lisos e transparentes, que não excedam 1,35 m de altura e 1,00 m de largura;

g) A parte opaca do guarda-vento, quando exista, não pode exceder 0,60 m contados a partir do solo.

3 - Na instalação de um guarda-vento deve ainda respeitar-se uma distância igual ou superior a:

a) 0,80 m entre o guarda-vento e outros estabelecimentos, montras e acessos;

b) 2,00 m entre o guarda-vento e outro mobiliário urbano.

Artigo 27.º

Toldos e sanefas

1 - A instalação de toldos e das respetivas sanefas devem respeitar as seguintes condições:

a) Em passeio com largura superior a 2,00 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,80 m em relação ao limite externo do passeio;

b) Em passeio de largura inferior a 2,00 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite externo do passeio;

c) Observar uma distância ao solo igual ou superior a 2,50 m, mas nunca acima do teto do estabelecimento comercial a que pertença;

d) Não exceder um avanço superior a 3,00 m;

e) Não exceder os limites laterais das instalações pertencentes ao respectivo estabelecimento;

f) O limite inferior de uma sanefa deve observar uma distância ao solo igual ou superior a 2,50 m;

g) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas e outros elementos com interesse arquitetónico ou decorativo;

h) Não reduzir a visibilidade de placas toponímicas.

2 - O toldo e a respetiva sanefa não podem ser utilizados para pendurar ou afixar qualquer tipo de objetos.

Artigo 28.º

Expositores

1 - Por cada estabelecimento é permitido apenas um expositor, instalado exclusivamente durante o seu horário de funcionamento.

2 - O expositor apenas pode ser instalado em passeios com largura igual ou superior a 2,00 m, devendo respeitar as seguintes condições de instalação:

a) Ser contíguo ao respectivo estabelecimento, excepto nos casos de galerias comerciais abertas para o exterior;

b) Reservar um corredor de circulação de peões igual ou superior a 1,20 m entre o limite exterior do passeio e o prédio;

c) Não prejudicar o acesso aos edifícios contíguos;

d) Não exceder 1,50 m de altura a partir do solo;

e) Reservar uma altura mínima de 0,20 m contados a partir do plano inferior do expositor ao solo ou 0,40 m quando se trate de um expositor de produtos alimentares.

Artigo 29.º

Arcas ou máquinas de gelados e similares

1 - Por cada estabelecimento é permitido apenas uma máquina de gelados e similares, servindo exclusivamente como apoio ao estabelecimento;

2 - A instalação de uma arca ou máquina de gelados ou similares deve respeitar as seguintes condições:

- a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada;
- b) Não exceder 1,00 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
- c) Deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,20 m.

Artigo 30.º

Brinquedos mecânicos e equipamentos similares

1 - Por cada estabelecimento é permitido apenas um brinquedo mecânico e equipamento similar, servindo exclusivamente como apoio ao estabelecimento;

2 - A instalação e manutenção de um brinquedo mecânico e equipamento similar deve respeitar as seguintes condições:

- a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada, excepto nos casos de galerias comerciais abertas para o exterior;
- c) Não pode exceder 1,00 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício, excepto no caso da alínea anterior;
- d) Deixar-se livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,20 m.

Artigo 31.º

Floreiras

A instalação e manutenção de floreiras deve respeitar as seguintes condições:

- a) Ser instalada junto à fachada do respectivo estabelecimento;
- b) As plantas utilizadas nas floreiras não podem ter espinhos ou bagas venenosas;

c) O titular do estabelecimento a que a floreira pertença deve proceder à sua limpeza, rega e substituição das plantas, sempre que necessário.

Artigo 32.º

Contentores

A instalação e manutenção de contentor para resíduos deve respeitar as seguintes condições:

a) Ser instalado contiguamente ao respectivo estabelecimento, servindo exclusivamente para seu apoio;

b) Ser em material adequado ao local, com dimensões ajustadas à produção de resíduos e dotado de sistema de abertura e fecho, que minimize o impacto visual dos resíduos depositados.

b) A capacidade do contentor deve ser ajustada à produção de resíduos, sendo diariamente limpo ou substituído;

c) A instalação de um contentor para resíduos no espaço público não pode causar qualquer perigo para a higiene e limpeza do espaço;

d) O contentor deve estar sempre em bom estado de conservação, nomeadamente no que respeita a pintura, higiene e limpeza.

Artigo 33.º

Quiosques

1 - Por deliberação da Câmara Municipal, podem ser determinados locais para instalação de quiosques, os quais serão concessionados nos termos da lei em vigor sobre a matéria.

2 - Quanto se tratem de quiosques objeto de concessão, nos termos da lei em vigor, após o decurso do período de tempo máximo de 10 anos, incluindo o prazo inicial e as sucessivas renovações da licença, a propriedade do quiosque reverterá para a Câmara Municipal da Trofa, sem direito do proprietário a qualquer indemnização.

3 - Os quiosques deverão corresponder a tipos e modelos que se encontrem definidos ou aprovados pela Câmara Municipal, sem o que não será possível a sua instalação.

4 - A instalação de quiosques não poderá constituir-se como impedimento à circulação pedonal na zona onde se instale, bem assim a qualquer edifício ou outro tipo de mobiliário urbano já instalado.

5 - Só serão permitidas esplanadas de apoio a quiosques de ramo alimentar, quando os mesmos possuam instalações sanitárias próprias ou, se insiram em equipamentos municipais.

6 - Não é permitida a ocupação do espaço com caixotes, embalagens, e quaisquer equipamentos ou elementos de apoio a quiosques (arcas de gelados, expositores e outros), fora das instalações de publicidade.

7 - São permitidas mensagens publicitárias em quiosques quando na sua conceção e desenho originais tiverem sido previstos dispositivos ou painéis para este fim ou a solução apresentada produza uma mais-valia do ponto de vista plástico.

8 - Quando os quiosques tiverem toldos, estes poderão ostentar publicidade apenas na respetiva sanefa.

Artigo 34.º

Aparelhos de ar condicionado (sistemas de climatização)

Os aparelhos de ar condicionado (sistemas de climatização), não podem ser visíveis da via pública, nem provocar distúrbios visuais nas fachadas de edifícios de valor arquitetónico, admitindo-se que sejam embutidos em caixa aberta nos planos dos paramentos e devidamente ocultados através de soluções que os tornem discretos e tanto quanto possível, imperceptíveis.

Artigo 35.º

Alpendres e palas

Os alpendres e palas instalados em apêndice à construção existente só deverão ser autorizados quando não prejudiquem a estética do edifício, nomeadamente, quando não ocultem vãos de iluminação e ou de arejamento, não possuam largura de vãos que obstruam

elementos de segurança rodoviária ou que conduzam à sua ocultação à distância, que não ultrapassem a largura de passeios e não ocupem áreas de estacionamento de veículos e contemplem, em termos construtivos, a integração arquitetónica do elemento à fachada que lhe serve de suporte, e a segurança de pessoas e bens.

Artigo 36.º

Suportes publicitários

1 - A instalação de um suporte publicitário deve garantir um espaço livre de circulação com a largura mínima de 1,20 m.

2 - Os anúncios e reclamos luminosos, colocados em saliências sobre fachadas, estão sujeitos às seguintes limitações:

a) Não podem exceder o balanço total de 1,20 m e devem ficar afastados, no mínimo, 0,50 m ao limite exterior do passeio;

b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor que 2,60 m;

c) Se o balanço não for superior a 0,15 m, a distância entre a parte inferior do anúncio e o solo não pode ser menor que 2,20m.

3 - A instalação e aplicação de chapas, placas e tabuletas deve obedecer às seguintes condições:

a) Devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício;

b) A instalação das chapas deve fazer-se a uma distância do solo igual ou superior ao nível do piso do 1º andar dos edifícios;

c) A instalação de placas só pode ocorrer ao nível do rés-do-chão do edifício e não pode sobrepor a gradeamento ou zonas vazadas em varandas ou ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas;

d) A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições;

di) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,60m;

dii) Não exceder o balanço de 0,60m em relação ao plano marginal dos edifícios, excepto no caso de ruas sem passeios em que o balanço não pode exceder 0,20m;

diii) Deixar uma distância igual ou superior a 1,00m entre tabuletas.

4 - As bandeiras não podem ser afixadas em áreas de proteção das localidades, devem permanecer oscilantes, só podendo ser colocadas em posição perpendicular à via mais próxima e afixadas do lado interior do poste, nas seguintes condições:

a) A dimensão máxima das bandeiras deve ser de 0,60 m de comprimento e 1,00 m de altura;

b) A distância entre a fachada do edifício mais próximo e a parte mais saliente da bandeira deve ser igual ou superior a 2,00 m;

c) A distância entre a parte inferior da bandeira e o solo deve ser igual ou superior a 3,00 m;

d) A distância entre bandeiras afixadas ao longo das vias deve ser igual ou superior a 50 m.

5 - A aplicação de letras soltas ou símbolos deve respeitar as seguintes condições:

a) Não exceder 0,50 m de altura e 0,15 m de saliência;

b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas, sendo aplicados diretamente sobre o paramento das paredes;

c) Ter em atenção a forma e a escala, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios.

6 - Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes devem ser colocados sobre as saliências das fachadas e respeitar as seguintes condições:

a) O balanço total não pode exceder 2,00 m;

b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,60 m nem superior a 4,00 m;

c) As estruturas dos anúncios instalados nas fachadas de edifícios e em espaço público devem ficar, tanto quanto possível, encobertas e ser pintadas com a cor que lhes dê o menor destaque.

CAPÍTULO IV

CONTRAORDENAÇÕES

Artigo 37.º

Contraordenações

1 - Sem prejuízo da punição pela prática de crime de falsas declarações e do disposto noutras disposições legais, constituem contraordenação, as infrações previstas no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

2 - Constitui, ainda contra ordenação, punível com coima de € 25 a € 2.494,a ocupação do espaço público sem o necessário licenciamento municipal ou em desconformidade com as condições aprovadas.

3 - A negligência é sempre punida nos termos gerais.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38.º

Legislação subsidiária e interpretação

1 - Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste Regulamento regem as disposições legais aplicáveis.

2 - As dúvidas e as omissões suscitadas pela aplicação deste Regulamento são resolvidas por despacho da Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 39.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, é revogado o Regulamento de Ocupação de Via Pública com Mobiliário Urbano, aprovado em reunião da Câmara da Municipal da Trofa de 26 de junho de 2002 e de Assembleia Municipal da Trofa de 30 de setembro de 2002.

Artigo 40.º

Norma transitória

Sempre que se verifique devida, no ano civil de 2013 há lugar à liquidação adicional da taxa de ocupação de espaço público, correspondente aos três últimos trimestres do ano.

Artigo 41.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 1º dia útil seguinte ao da sua publicação nos locais de estilo, em uso no Município da Trofa.